



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

10-12-2019

Parecer:	Despacho: Comunicação. Arquivar-se - 30.12.19 RAY
----------	---

Relatório Inspetivo: INT-826/2019

1. Atividade objeto de ação inspetiva

Verificação do cumprimento dos requisitos legais do exercício da profissão dos Profissionais de Informação Turística e das empresas de Animação Turística Terrestre.

2. Âmbito da inspeção:

No dia três de junho do corrente ano, ocorreram, entre outras, a realização de ações de deteção de Profissionais de Informação Turística e de empresas de Animação Turística Terrestre, em vários locais da ilha Terceira, conforme explanado infra, por forma a verificar do cumprimento dos requisitos legais exigidos para o exercício das atividades referidas no ponto 1.

3. Descrição

No dia 03 de junho a equipa inspetiva constituída pelos inspetores, Luís Brasil e Ana M.A Vasconcelos, circularam nas seguintes áreas geográficas:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- Percurso compreendido entre Igreja de Misericórdia, Igreja de Matriz e Centro Histórico de Praia.

A equipa inspetiva deslocou-se pelos lugares anteriormente descritos onde aguardou durante algum tempo pela chegada de veículos transportando turistas e/ou profissionais de Informação Turística.

Não foi detetada nenhuma ocorrência.

4. Enquadramento legal:

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/A, de 1 de agosto, que veio alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2011/A, de 16 de junho, que regula o exercício da atividade dos profissionais de informação turística na Região Autónoma dos Açores.

Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece os princípios e regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades e serviços, realizadas em território nacional.


Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 95/2013, de 19 de julho, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística terrestre e dos operadores marítimo-turísticos.

5. Conclusões e propostas:

Dado que não foi detetada nenhuma ocorrência, propõe-se o encerramento do presente procedimento.

À Consideração Superior,

O Inspetor Tec. Especialista Principal



Luís Brasil

LGB